

Título: Uma análise da importância do estudo sobre a Constituição Federal na educação brasileira

Autor(es) Ellen Taverny

E-mail para contato: clce@ig.com.br

IES: ESTÁCIO CURITIBA / Paraná

Palavra(s) Chave(s): análise; constituição; educação

RESUMO

Este artigo busca apresentar a realidade de quanto é fundamental, a transmissão do conhecimento da Constituição Federal, no ensino educacional brasileiro para além da formação acadêmica superior, igualmente procura-se com o mesmo apoiar o projeto de lei nº 6954/13, que tem como autor o Deputado Romário, a proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e visa incluir assim como tornar obrigatório o estudo da Constituição Federal nas escolas brasileiras. Enquanto desconhecida for a Lei Maior de um Estado, máximas são as chances de ineficácia do seu conteúdo para o ordenamento jurídico a que pertence. A constituição Federal é a lei maior que rege uma determinada nação, nela repousam todas as garantias e direitos fundamentais de uma sociedade, tal como nela se estabelece a forma de governo do Estado, sendo, portanto a Constituição Federal o pilar que conduz a manutenção organizacional da República Brasileira. O direito à educação, também é um direito previsto na Carta Magna, neste sentido existe uma linha muito tênue entre o direito a educação e o processo de conhecimento sobre a Lei Suprema. Isto porque o Texto Constitucional garante a todos o direito integral ao desenvolvimento humano de qualidade, através de uma vida digna, a qual somente se concretiza quando a democracia participativa dos cidadãos é efetivamente realizada.

Para que a democracia participativa possa ser efetivada, exige vários requisitos, dentre eles o direito em exercer a cidadania de forma plena na qual esteja abonada a educação do povo. A educação deve vir acompanhada com todo aparato jurídico e político possível do Estado, e deve ser garantida na exata forma em que prevê a Lei Fundamental. Uma dessas formas então seria expandir os horizontes do conhecimento daqueles que serão futuros eleitores de uma nação. Se somos detentores de direitos e deveres, devemos aprender de maneira prática e teórica quais são as ações e políticas públicas que constituem nosso ordenamento jurídico pátrio. O sentimento pelo conteúdo constitucional deve coabitar em todos os cidadãos, tal como as pessoas que formam o Estado devem ter consciência de que agregam uma coletividade política. Deste modo a participação na vida pública e a eficácia para um Estado Democrático de Direito está intimamente relacionado a este sentir constitucional. Quem integra a sociedade de um País deve conhecer a importância do papel da sua Carta Mãe e os valores morais, ideológicos e políticos nela contida. Conscientes destes valores e de sua verdadeira condição de cidadão, as pessoas estarão preparadas para construir um discurso e ideal político capaz de tornar eficaz a promoção do Estado democrático de direito em que vivem, uma vez que, o conhecimento constitucional desenvolve o senso crítico necessário para exercer sua função como cidadão.